Sindilegis

Ofício nº 103/PRES/2025

Brasília, 08 de abril de 2025.

À Senhora
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral do Senado Federal

Assunto: Realização de estudo sobre o teto de coparticipação no SIS-Saúde.

Senhora Diretora-Geral,

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis vem, respeitosamente, manifestar seu compromisso com a promoção da saúde dos servidores do Senado Federal. Com esse propósito, a Diretoria Executiva decidiu institucionalizar essa prioridade por meio da criação de uma área específica de saúde em sua estrutura organizacional.

Essa nova área terá como missão apoiar os servidores e estabelecer um diálogo técnico e propositivo com os gestores das estruturas de saúde das Casas, como o Sistema Integrado de Saúde (SIS), fortalecendo a atuação sindical nesse tema tão sensível.

Informamos ainda que realizamos uma assembleia setorial com os servidores do Senado Federal no dia 17 de fevereiro do corrente ano, na qual foram debatidas, de forma ampla, questões relacionadas ao SIS. Os servidores elencaram algumas preocupações sobre o funcionamento do sistema, dentre elas:

- Coparticipação nos procedimentos médicos;
- Transparência nos processos de autorização de exames e tratamentos;
- Qualidade da rede credenciada;

- Dificuldades operacionais enfrentadas pelos usuários do plano.

A coparticipação, em especial, revelou-se um dos pontos mais sensíveis para os servidores. Embora reconheçamos seu papel como instrumento de gestão e sustentabilidade financeira do plano, a ausência de um limite máximo pode comprometer o acesso à saúde, especialmente para servidores com doenças crônicas ou com dependentes que fazem uso frequente do serviço, bem como prejudicar a própria sustentabilidade do plano. Destacamos, que essa situação tem gerado impactos significativos nos orçamentos familiares e insegurança quanto à previsibilidade dos gastos com saúde.

Durante a assembleia, também foram apresentadas sugestões voltadas à modernização e à humanização do SIS, como:

- Ampliação e valorização da rede credenciada;
- Revisão da tabela de reembolsos;
- Melhoria da comunicação com os beneficiários;
- Maior agilidade e clareza nos processos de autorização e reembolso;
- Aprimoramento do atendimento aos servidores fora do Distrito Federal;
- Criação de iniciativas de prevenção como forma de controle de custos a médio e longo prazos.

Diante desse cenário, o Sindilegis solicita que órgãos competentes do Senado priorize estudos técnicos sobre a coparticipação e os impactos reais da implementação de um teto de gastos. Pois, acreditamos que decisões baseadas em evidências podem viabilizar ajustes mais justos e eficazes.

Sindilegis

Senhora Diretora-Geral, entendemos que o SIS é um ativo essencial para a qualidade de vida dos servidores. Portanto, sua preservação e melhoria dependem do esforço conjunto de todos os envolvidos, incluindo este sindicato.

O Sindilegis reafirma seu compromisso com a pauta de saúde e se coloca à disposição para contribuir ativamente com os debates e com a construção de soluções que conciliem equilíbrio financeiro e excelência no atendimento à saúde dos servidores do Senado Federal.

Atenciosamente,

ALISON APARECIDO MARTINS DE SOUZA
Presidente